

## INOVADOR E COMBATIDO: A TRAJETÓRIA DO GINÁSIO ESTADUAL VOCACIONAL DE SÃO PAULO

Lucas Barbosa de Oliveira <sup>1</sup>

### RESUMO

O presente artigo almeja reconstituir a trajetória do Ginásio Estadual Vocacional de São Paulo (GEV), modelo escolar que funcionou entre 1961 e 1969 em seis cidades, considerado por especialistas como uma das experiências de ensino secundário mais inovadoras realizadas na história do estado de São Paulo. Alinhado às propostas do movimento escolanovista, o GEV possuía uma metodologia arrojada e um currículo escolar abrangente, que oferecia desde aulas de Artes Plásticas à Práticas Comerciais, buscando incentivar o desenvolvimento das aptidões e o senso crítico dos alunos, pertencentes a variadas classes sociais. Desde as fundações, cada uma das unidades possuía a capacidade anual de atender até 480 estudantes, matriculados da 5ª a 8ª série, da faixa etária de 11 a 13 anos. Já a partir de 1967, são implantados cursos noturnos para a alfabetização e capacitação profissional de adultos de baixa renda. Entretanto, a direção do GEV, acusada de adotar métodos e propagar conteúdos subversivos, passa a sofrer uma série de represálias após a instauração da Ditadura Militar, em 1964. Apesar de contar com o apoio declarado da comunidade escolar e até mesmo de relevantes autoridades civis, o modelo escolar é ceifado em 1969 após os colégios serem invadidos pela Polícia Federal e militares, que detiveram educadores e apreenderam documentos e materiais didáticos. Para garantir uma reconstituição minuciosa e assertiva sobre a história do GEV, a pesquisa coletou dados através das análises de documentos, decretos, periódicos, documentários e produções acadêmicas.

**Palavras-chave:** Ginásio Vocacional, História da Educação, Instituições de Ensino.

### INTRODUÇÃO

Para uma melhor compreensão sobre os fatores que motivaram a criação do GEV em 1961, é imprescindível retroceder a 1959, quando ocorreu a implantação do programa Classes Experimentais Secundárias no estado de São Paulo. Albergaria (2015) o considera como a “semente” do que dois anos depois viria a ser o GEV.

Oliveira (1984) elucida que o então diretor de Ensino Secundário do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Gildásio Amado (1906-1976), recomendou a instalação de classes experimentais no país ao ministro da Educação, Clóvis Salgado (1906-1978), em 1958. O projeto havia sido sugerido por especialistas durante a “1ª Jornada de Estudos

---

<sup>1</sup> Mestrando do Curso de Educação da Universidade Federal de São Paulo - Unifesp, [lucas.barbosa11@unifesp.br](mailto:lucas.barbosa11@unifesp.br);

de Diretores de Estabelecimentos de Ensino Secundário”, realizada em São Paulo, no fim de 1957.

A justificativa apresentada ao ministro para a instauração da proposta era a necessidade nacional de buscar novos métodos de ensino, processos didáticos, cursos diferenciados e critérios de verificação de aprendizagem que atendessem os anseios sociais e do mercado de trabalho da época.

Após análise do Conselho Nacional de Educação, o projeto de criação das classes experimentais foi homologado por Salgado em 4 de julho de 1958. O documento determinava que os estabelecimentos interessados em adotar a proposta, deveriam elaborar planos de trabalho e submetê-los à aprovação do Conselho Nacional de Educação e da Diretoria de Ensino Secundário. Oficialmente em vigor a partir de 2 de janeiro de 1959, mediante a publicação de uma portaria do MEC, o programa foi instituído em diversas regiões do Brasil até 1962.

Disponível no site da Assembleia Legislativa do Estado São Paulo, o Decreto n. 35.069 atesta que a introdução das classes experimentais em solo paulista foi autorizada pelo então governador, Carlos Alberto de Carvalho Pinto (1910-1987), em 11 de junho de 1959. No primeiro artigo do documento, o Poder Executivo fundamenta que a medida possuía o intuito de ensaiar novos tipos de currículo e de renovar métodos e processos de ensino.

Oliveira (1986) ressalta que no estado de São Paulo foram implantadas classes experimentais em dezessete estabelecimentos de ensino, entre públicos e privados. Sendo que a maioria se inspirou nas metodologias educacionais difundidas pelas renomadas instituições francesas: Centre International d'Études de Sèvres e o Instituto Superior de Pedagogia do Instituto Católico de Paris. Este movimento de influência foi impulsionado pelo fato de que um grupo de educadores paulistas havia tido contato em 1956 com os métodos franceses durante as vindas à São Paulo dos especialistas Padre Faure, do Instituto de Paris, e de Mme Hattinguais, do Centre de Sèvres.

Uma das unidades que adotaram a proposta, em 1959, foi o Instituto Estadual Narciso Pieroni da cidade de Socorro, localizada no interior de São Paulo. No estabelecimento, o programa foi coordenado pela pedagoga, Maria Nilde Mascellani (1931- 1999), que dois anos depois se tornaria diretora-geral do GEV.

Oliveira (1986) aponta o papel de destaque de Mascellani para a viabilização da instauração do projeto no Instituto Narciso Pieroni, já que ela liderou o grupo de professores, responsável pela elaboração do plano de trabalho, aprovado pelo MEC.

Como observa Ferreira (2007), o modelo implantado em Socorro teve seu embasamento metodológico inspirado nas experiências do Centre de Sèvres, que era alinhado às propostas da Escola Nova.

Em relação ao contrastante posicionamento da comunidade escolar, comparado ao dos políticos de Socorro frente à prática das “classes experimentais”, Oliveira (1986) destaca:

Os níveis de promoção das classes experimentais de Socorro foram altos em todo o período, o que se constituiu em fator de manutenção da experiência, que não era muito bem compreendida pela cidade, onde as bancadas da UDN e do PSP faziam constantes ataques via imprensa, além de pressões locais. Apesar disso, a comunidade diretamente envolvida na experiência – professores, alunos e pais – era muito entusiasta e defendeu sempre sua realização. (OLIVEIRA,1986, p.47).

Albergaria (2015) enfatiza que a originalidade da organização curricular das classes experimentais de Socorro, surpreendeu o então secretário estadual de Educação de São Paulo, Luciano Vasconcellos de Carvalho, que pretendia fomentar no estado um sistema de ensino alternativo ao tradicional. Segundo Neves (2010), o secretário almejava promover reformas no ensino público paulista, inspiradas nas práticas inovadoras que observou durante visitas em escolas estadunidenses e europeias, onde impressionou-se, principalmente, pelos métodos da Escola Compreensiva Inglesa.

Em 1960, Carvalho decidiu conhecer o trabalho pedagógico coordenado por Mascellani em Socorro. Já em 3 de fevereiro de 1961, o chefe da pasta de Educação, objetivando a implantação de um modelo arrojado nas escolas secundárias que atendessem às transformações sociais e necessidades do mercado de trabalho, arquitetou uma reforma do Ensino Industrial no estado através da Lei 6.052. Na sequência, ele convidou Mascellani e outros especialistas em Ensino Secundário e Ensino Industrial para formarem uma comissão técnica, presidida pelo pedagogo Oswaldo de Barros Santos (1918-1998).

Após consenso entre os membros, o grupo redigiu o texto do Decreto 38.643, regulamentado em 27 de junho de 1961, mediante aval do então governador de São Paulo, Carvalho Pinto, viabilizando a criação do Serviço de Ensino Vocacional (SEV). O órgão, subordinado à secretaria estadual de Educação, foi responsável pela coordenação das atividades dos Ginásios Estaduais Vocacionais (GEV's). As três primeiras unidades escolares foram inauguradas no fim de 1961 na capital (Ginásio Vocacional Oswaldo Aranha), em Americana (Ginásio Vocacional João XXIII) e Batatais (Ginásio Vocacional Cândido Portinari).

Em 1963, foram criadas as unidades de Barretos (Ginásio Vocacional Embaixador Macedo Soares) e Rio Claro (Ginásio Vocacional Chanceler Raul Fernandes). Já em 1968, foi contemplado o município de São Caetano do Sul (Ginásio Vocacional da Vila Santa Maria).

Ferreira (2007), analisa que devido ao bem-sucedido histórico de Mascellani, frente ao projeto das classes experimentais em Socorro, ela foi escolhida em 1961 para ser a coordenadora-geral do SEV e, conseqüentemente, diretora-geral do GEV, exercendo as funções até a extinção do órgão em 1969.

Disponível no repositório digital do Centro de Documentação e Informação Científica (CEDIC) da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, o livro original de Planejamento dos Ginásios Vocacionais, escrito por Mascellani em 1962, revela que foram selecionados para atuarem nas primeiras equipes dos GEV's, 110 profissionais de educação, a maioria licenciada por universidades qualificadas, divididos entre professores, orientadores e técnicos. Eles foram recrutados, após passarem por entrevistas conduzidas por especialistas nos campos das Relações Humanas, Sociologia e Psicologia. Os escolhidos foram submetidos a um treinamento promovido pelo SEV, de agosto a dezembro de 1961, que consistiu nas seguintes capacitações: construção de curriculum, planejamento escolar, sociometria, técnicas de pesquisa de comunidade em função da escola, Relações Humanas e Psicologia Educacional.

Cada um dos GEV's tinha capacidade de atender até 480 alunos de 5ª a 8ª série, sendo 120 de cada nível, distribuídos em salas de até trinta estudantes. As unidades recebiam crianças e adolescentes, de ambos os sexos, com faixa etária de 11 a 13 anos.

A seleção dos alunos, que ingressariam nas unidades escolares, era realizada após uma análise técnica e estatística promovida pelo SEV. O órgão, levando em conta os

dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre a composição socioeconômica dos habitantes de cada cidade, definia o número de admitidos no GEV de forma proporcional. Por exemplo, no município que possuía 50% da população na classe social C, o GEV daquele local destinaria metade de suas vagas para candidatos deste grupo social específico. Em seguida, eram realizadas entrevistas com os concorrentes e seus pais.

Nos GEV's, as atividades eram ministradas a partir de práticas pedagógicas, como a dos estudos do meio, em que o aluno era envolvido num ambiente metodológico que integrava o trabalho intelectual ao trabalho manual, como destaca Albergaria (2015):

O projeto pedagógico dos GEV's visava a formação do sujeito conhecedor, comprometido e participante de sua realidade como cidadão crítico e transformador de seu ambiente, além de conhecedor de si mesmo, descobrindo e desenvolvendo suas aptidões e o entendimento da sua inserção no mundo. O eixo curricular tinha como objetivo o estudo da realidade vivenciada na comunidade local, na qual os alunos se inseriam e esses, eram estimulados a compreender a sua realidade local, visando inserir-se na comunidade universal. (ALBERGARIA, 2015, p.36).

Relatando algumas de suas vivências durante os 8 anos à frente do SEV e do GEV, Mascellani (1999) cita detalhes destas experiências em sua tese de doutorado em Educação, *Uma Pedagogia para o Trabalhador: O Ensino Vocacional como Base para uma Proposta Pedagógica de Capacitação Profissional de Trabalhadores Desempregados*, defendida na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), em 1999. Na produção acadêmica, ela ressalta que os objetivos gerais da proposta pedagógica desenvolvida no GEV, que buscava explorar as aptidões e interesses dos alunos, incentivava de forma simultânea a formação de jovens e a capacitação de professores e técnicos da área educacional. Até meados de 1969, os GEV's já haviam "abrigado", aproximadamente, 7.500 profissionais da educação, entre professores e estagiários universitários.

Mascellani (1999) menciona que o currículo escolar dos GEV's era composto das seguintes áreas: Língua Portuguesa, Matemática, Estudos Sociais (História, Geografia e elementos de Antropologia), Ciências Físicas e Biológicas, Inglês ou Francês, Educação Física, Educação Musical e Artes Plásticas. Já as áreas denominadas técnicas contavam com aulas de: Artes Industriais, Educação Doméstica, Práticas Comerciais e Práticas Agrícolas.

Durante as aulas, os professores propunham atividades interdisciplinares que levavam os alunos a debaterem variadas questões políticas, antropológicas e sociológicas.

Mascellani (1999) revela que, diante da repercussão positiva sobre os resultados obtidos pelos GEV's, ela passou a sofrer pressões a partir de 1963 de aliados políticos e até mesmo familiares do então governador de São Paulo, Ademar de Barros (1901 – 1969), para permitir os ingressos de alunos que não se enquadravam nos critérios de seleção. A profissional afirma também ter sido pressionada a promover admissões de professores sem qualificações que atendessem aos métodos implementados. Apesar das ameaças de represálias, que consistiam principalmente em cortes de verbas estaduais, Mascellani (1999) afirma não ter atendido às imposições.

Já em 1965, ela foi afastada da coordenação-geral do SEV pelo Governo do Estado após rejeitar a matrícula de um estudante, filho de um funcionário de confiança do então secretário estadual de Educação, Ataliba Nogueira, que não havia participado do processo seletivo de ingresso ao GEV da capital paulista. Porém, 40 dias depois, a pedagoga foi reconduzida ao cargo pela gestão de Barros, preocupada com a ampla repercussão negativa que o afastamento da educadora ganhou na mídia, impulsionada por diversas manifestações realizadas por estudantes, professores e pais de alunos.

Buscando atender também o público trabalhador que não pôde frequentar a escola no tempo adequado, Mascellani e sua equipe viabilizaram em 1967 a implantação de cursos noturnos em todos os GEV's. As turmas de adultos, formadas principalmente por trabalhadores braçais, recebiam aulas de alfabetização, conteúdos primários e ginasiais, além de cursos de capacitação profissional, história do emprego e do sindicalismo no Brasil.

Intitulado “*Vocacional – Uma Aventura Humana*”, um documentário produzido em 2011 pelo cineasta e ex-aluno do GEV “Oswaldo Aranha” de São Paulo, Toni Venturi, retrata a história da experiência educacional e apresenta depoimentos de diversos ex-funcionários e ex-alunos do colégio secundário.

A produção evidencia a repressão que o Ensino Vocacional passou a sofrer a partir da instauração da Ditadura Militar no Brasil em 1 de abril de 1964, que ocorreu após um golpe contra o governo legalmente constituído do até então presidente João Belchior Marques Goulart (1919 – 1976), já que lideranças militares começaram a questionar os conteúdos e métodos de ensino, supostamente subversivos e contrários aos interesses nacionais.

Mascellani (1999) cita o momento em que a perseguição se agravou:

O último período de vida do Ensino Vocacional coincidiu com o enrijecimento político do regime ditatorial, que culminou, **em 1968, com a promulgação do Decreto Federal 477/68 e do Ato Institucional nº 5**, duas peças autoritárias que permitiam punir os brasileiros que se opunham ao governo com medidas ainda mais rígidas e violentas do que os atos anteriores do regime instalado em 1964. O sistema repressivo se aperfeiçoava. Grupos do IIº Exército e a Polícia Política colocaram o Ensino Vocacional na mira de suas armas. (MASCCELLANI, 1999, p.100, grifo nosso)

Em seu relato no *“Vocacional – Uma Aventura Humana”* (2011), a ex-diretora do GEV de Americana, Áurea Cândida Sigrist, explica que a opressão intensificou-se ainda mais após o ex-professor de Artes Industriais, Francisco Cid, que havia sido demitido do cargo por inaptidão em Americana, enviar uma carta ao Ministério da Justiça, no fim de maio de 1969, denunciando atos de subversão no GEV. Além de Sigrist, o nome de Mascellani teria sido citado pelo denunciante como uma das apoiadoras das práticas educacionais de cunho socialista, doutrina política e econômica representada na época pela União Soviética e que era oposta à defendida pelos militares brasileiros. Estes, publicamente favoráveis ao alinhamento político e ideológico do país junto aos Estados Unidos, principal representante da doutrina capitalista naquele contexto histórico de Guerra Fria.

Segundo Sigrist, convocada a prestar esclarecimentos a representantes do Comando do IIº Exército em junho de 1969, época em que o Brasil era presidido por Artur da Costa e Silva (1899 – 1969), Mascellani foi pressionada a afirmar que estava desconfiada de que sua subordinada era adepta ao socialismo e comunismo. Após negar-se a comentar sobre as convicções políticas de Sigrist, a coordenadora-geral do SEV foi, no dia seguinte, destituída do cargo.

O artigo de capa da revista *VISÃO*, intitulado: *Ensino Vocacional - trajetória de uma heresia*, publicado em 31 de janeiro de 1970, apresenta um fato inusitado que ocorreu cerca de um mês após o afastamento de Mascellani do comando do SEV.

Segundo o texto, a pedagoga viu-se colocada numa situação constrangedora durante uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, realizada em julho de 1969 em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul. Na ocasião, o então ministro da Educação, Paulo de Tarso Dutra (1914 – 1983), cumprimentou Mascellani e enalteceu o ensino vocacional, definindo-o como “trabalho brilhante, experiência pedagógica de

grande valor e esperança para o ensino secundário do Brasil”. Porém, na sequência o representante do Governo Federal foi informado que a profissional havia sido recentemente desligada do GEV.

O artigo ressalta que o ministro, surpreendido com a notícia, afirmou que não tinha ciência da situação. Dutra teria disparado ainda a seguinte frase: “Como é que essas coisas acontecem num estado como São Paulo?”.

Em sua fala, o ministro atribui a responsabilidade da decisão ao Governo do Estado de São Paulo, não mencionando em momento algum as pressões ditatoriais que emanavam do Governo Federal, comandado por Costa e Silva.

De acordo com Mascellani (1999), a experiência educacional tomou outro duro golpe em 12 de dezembro de 1969, período em que o país era presidido por Emílio Garrastazu Médici (1905 – 1985), quando o Comando do IIº Exército ordenou que nesta data a Polícia Federal, contando com o apoio de um contingente militar, deflagrasse operações de invasão a todos os GEV’s. Além da apreensão de documentos e livros, considerados subversivos, os policiais detiveram diversos professores e funcionários, que foram encaminhados à sede da Operação Bandeirantes (OBAN), órgão de repressão e tortura que funcionava nos fundos do 36º Distrito Policial, localizado no bairro Paraíso em São Paulo.

Mascellani (1999) ressalta que nas semanas seguintes, ela e Sigrist, que eram investigadas também pela Comissão Estadual de Investigações de São Paulo, foram detidas diversas vezes, por curtos períodos, para prestarem esclarecimentos nas dependências de órgãos de Segurança como: Aeronáutica, Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), IIº Comando do Exército e Polícia Federal. No fim de 1969, o Regime Militar ordenou a extinção do SEV, declarando-o subversivo.

Já em janeiro de 1970, Mascellani e Sigrist foram aposentadas de seus cargos efetivos na rede pública de ensino, com base no Ato Institucional número 5 (AI-5), promulgado em 13 de dezembro de 1968 pelo então presidente Costa e Silva.

Apesar do fim do SEV e o afastamento de diversos funcionários dos GEV’s, a secretaria de Educação do Estado de São Paulo, seguindo as diretrizes apontadas pelo Governo Militar, manteve o funcionamento das unidades escolares, porém a metodologia humanista e inovadora foi abandonada, já que “suas primeiras medidas foram a extinção

dos cursos complementares e a descaracterização dos demais cursos” (MASCELLANI, 1999, p. 102).

Desta maneira, a ex-diretora-geral considera que o modelo original de funcionamento do GEV e a experiência em si, foram ceifadas no fim de 1969, diante o fim do SEV.

Apesar do trágico desfecho do GEV, até os dias de hoje a Associação de Ex-alunos e Amigos do Vocaciona (GVIVE) e o CEDIC da PUC de São Paulo mantém acervos com documentos e matérias jornalísticas sobre a inovadora experiência educacional, buscando preservar sua memória. Em seu site, a GVIVE apresenta inúmeros relatos de ex-alunos que descrevem a importância do GEV para suas formações como cidadãos críticos, humanos e intelectualizados. Os depoimentos não escondem também os sentimentos de tristeza e revolta diante o traumático fechamento do colégio em meio ao período da Ditadura Militar.

O presente artigo se empenhou em reconstituir a trajetória do modelo escolar com o objetivo geral de contribuir com a historiografia da Educação. Além de evidenciar a relevância da proposta, o trabalho almejou narrar, de forma minuciosa, as severas perseguições protagonizadas pelo Regime Militar, que decretou o precoce fim do GEV.

## **METODOLOGIA**

Sendo a pesquisa de natureza historiográfica, a metodologia adotada consistiu em revisão bibliográfica e análises de decretos, documentos, documentários e periódicos.

O primeiro procedimento empregado foi o levantamento das informações sobre a trajetória do GEV citadas em produções acadêmicas. Durante revisão bibliográfica, foram encontradas três dissertações de mestrado e duas teses de doutorado que abordam a história e os métodos do modelo escolar inovador. Os trabalhos acadêmicos examinados foram produzidos por: Oliveira (1986), Chiozzini (2003), Ferreira (2007), Neves (2010) e Albergaria (2015).

Foi investigada também a tese de doutorado de Mascellani, defendida em 1999 na FEUSP, intitulada: *O Ensino Vocacional como Base para uma Proposta Pedagógica de Capacitação Profissional de Trabalhadores Desempregados*. Nela, a educadora revela detalhes sobre os percalços que enfrentou durante o período em que comandou o GEV.

Outras fontes relevantes foram localizadas no repositório digital do CEDIC da PUC-SP. Entre elas, se destaca o livro original de Planejamento dos Ginásios Vocacionais, escrito por Mascellani em 1962, que revela, além dos planos de ensino e conceitos metodológicos, as estatísticas e particularidades dos processos de treinamentos dos professores e admissão dos alunos.

Outros dois documentos que serviram de apoio para esta pesquisa, foram obtidos no site da Assembleia Legislativa de São Paulo. O primeiro, trata-se do decreto número 35.069, de 11 de junho de 1959, que dispõe sobre a instalação de “Classes Experimentais” em unidades de ensino secundário no estado. Já o segundo, é o texto do decreto número 38.643, publicado em 27 de junho de 1961, que regulamentou o funcionamento do SEV e conseqüentemente o dos GEV.

Ao longo desta análise, foram examinadas cópias de reportagens de jornais e revistas, sendo a maioria proveniente do acervo da GVIVE. Algumas delas retratam as represálias sofridas pela proposta educacional durante a Ditadura Militar. Neste trabalho, foi destacado o artigo de capa da revista *VISÃO*, intitulado: *Ensino Vocacional - trajetória de uma heresia*, publicado em 31 de janeiro de 1970.

Outra referência primordial para produção foi o documentário “*Vocacional – Uma Aventura Humana*” produzido pelo cineasta, Toni Venturi, em 2011. Além de contar o histórico do GEV, inclusive detalhes da invasão militar de 1969, a produção possui depoimentos de diversos ex-professores e ex-alunos, que contribuem para uma melhor compreensão sobre o modelo escolar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar a trajetória do GEV, é possível identificar elementos que apontam que sua equipe de direção, que num primeiro momento contou com o respaldo do Governo de São Paulo, tinha a meta de oferecer aos alunos uma metodologia de ensino que os levassem a desenvolver seus talentos, senso crítico e autonomia. Inspirado pelo ideário escolanovista, o colégio secundário, em contraponto ao tradicional ensino público da época, propunha atividades que incentivavam os estudantes a refletirem e questionarem diversos aspectos sociais, econômicos e políticos do mundo. Dessa maneira, os alunos deixavam de serem apenas meros ouvintes, tornando-se participativos no próprio

processo de aprendizado e de formação como cidadão crítico, comprometido e transformador.

Entretanto, os métodos adotados pela instituição despertaram o descontentamento de membros e defensores do Regime Militar, que afirmavam que a atuação do GEV era subversiva, representando um risco aos interesses nacionais e a manutenção da ordem pública. Não é segredo algum entre os historiadores, que durante a Ditadura Militar, que vigorou no Brasil entre 1964 a 1985, estes argumentos, que compõem um discurso padrão, foram exaustivamente utilizados pelos militares e seus apoiadores como justificativa para a manutenção do regime e perseguições contra instituições e indivíduos.

A temática abordada neste artigo se faz também relevante diante do recorrente panorama político nacional, marcado por ameaças de autoridades à democracia e até mesmo pedidos populares para a intervenção militar. A reconstituição da trajetória do GEV poderá contribuir em debates acadêmicos futuros sobre até que ponto, historicamente, ações governamentais autoritárias e opressivas impactaram negativamente na qualidade do ensino público no Brasil, ao ceifarem projetos inovadores e que despertavam o senso crítico da população, como o GEV.

## REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, S. J. G. **Tecendo um breve passado:** contribuição dos professores de ciências dos Ginásios Estaduais Vocacionais do Estado de São Paulo (1961 – 1970). Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

CEDIC PUC-SP: Memória da Educação - Serviço de Ensino Público Vocacional no Estado de São Paulo e os Ginásios Vocacionais. Disponível em <[http://www4.pucsp.br/cedic/memoria\\_educacao/root/experiencia\\_renovada.html](http://www4.pucsp.br/cedic/memoria_educacao/root/experiencia_renovada.html)>. Acesso em: 11 mai. 2021.

CHIOZZINI, D.F. **Os Ginásios Vocacionais:** A (Des)Construção da História de Uma Experiência Educacional Transformadora (1961-69). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2003.

FERREIRA, D.G.A. **Ginásio Estadual Vocacional “Cândido Portinari” de Batatais:** Histórias, Sujeitos e Práticas. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), São Paulo, 2007.

GVIVE: Depoimentos de ex-alunos. Página Ginásios Vocacionais. Disponível em:  
<<http://gvive.org.br/depoimentos/>  
. Acesso em: 17 mai. 2021.

MASCELLANI, M.N. **Uma pedagogia para o trabalhador:** o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados. São Paulo: IIEP, 2010. Disponível em:  
<<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/programaintegrado.pdf>>.  
Acesso em: 12 abr. 2021.

NEVES, J. **O Ensino Público Vocacional em São Paulo:** Renovação Educacional Como Desafio Político – 1961-1970. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLH-USP), São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, M.P. **A Memória do Ensino Vocacional:** Contribuição Informacional de Um Núcleo de Documentos. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLH-USP), São Paulo, 1986.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 35.069, de 11 de junho de 1959. “Dispõe sobre instalação e funcionamento de classes experimentais em estabelecimentos oficiais de ensino secundário.”. Disponível em:  
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1959/decreto-35069-11.06.1959.html>>. Acesso em 10 abr. 2021.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n. 38.643, de 27 de junho de 1961. “Regulamenta a Lei n.6.052, de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais.”. Disponível em  
<<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-38643-27.06.1961.html>>. Acesso em 11 abri.2021.

VOCACIONAL- Uma aventura humana. Direção: Toni Ventura. Produção: Marc Dourdin. Brasil: Olhar Imaginário, 2011. Documentário. Disponível em:  
<<https://www.youtube.com/watch?v=nJvR5DyYBOU&t=3989s> >. Acesso em: 03 jul 2021.